



Gestão da Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais

João da Costa Teixeira

*Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Gestão dos Recursos Florestais*

Orientado por
Doutor José Paulo Mendes Guerra Marques Cortez

**Bragança
2014**

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de várias pessoas, a quem quero expressar o meu sincero agradecimento.

Ao meu orientador Professor Doutor José Paulo Cortez, pela disponibilidade ao longo da realização da dissertação, preciosa ajuda e valiosas sugestões.

À Associação Florestal do Vale do Douro Norte pela cedência dos resultados de gestão e por contribuir há mais de 17 anos para o meu crescimento e aprendizagem enquanto técnico florestal.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização da investigação, um especial obrigado ao Professor Doutor Amílcar Teixeira e à Marta.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Com a presente dissertação pretende apresentar o funcionamento e ações de ordenamento, nomeadamente melhorias de condições de habitat, implementadas pela entidade gestora da Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais, designada por ZCMJ-V, concelho de Murça. Tratando-se de uma ZCM é estabelecido pela entidade gestora e aprovado pelo organismo da tutela, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, o Plano Anual de Exploração e as condições de acesso dos caçadores que se candidatam a jornadas diárias de caça as espécies constantes no plano. Apresentam-se os resultados, de dez anos de gestão, ao nível das jornadas previstas, realizadas, estimativa de abate e abate efetivo das espécies coelho, lebre, perdiz e javali. Verifica-se que em todas as épocas venatórias o número de jornadas realizadas e peças abatidas ficou aquém do previsto, em alguns anos essa divergência foi mais acentuada devendo-se ao exagerado número de jornadas previstas, falta de abundância de algumas espécies provocada em alguns anos por surtos epidémicos, como é o caso do coelho-bravo. O elevado número de ZCM também permite aos caçadores, mediante a existência de vagas, experimentarem outras zonas de caça. O número de jornadas de caça disponíveis tem, nos últimos anos, vindo a ser ajustadas, devendo estas estar relacionadas com os índices de abundância das populações a realizar antes do início de cada época venatória. Pretende-se que a análise dos primeiros 10 anos de gestão como terreno ordenado permitam verificar e melhorar as ações efetuadas de modo a garantir abundância das populações cinegéticas e satisfação dos caçadores.

Palavras-chave: Zona de Caça Municipal; Gestão cinegética; Ordenamento; Caça; Perdiz; Coelho; Lebre; Javali.

ABSTRACT

With this thesis aims to present the operation and management actions, including habitat conditions improvements, implemented by the management entity of the Municipal Hunting Zone Jou and Valongo Milhais, called ZCMJ-V, in the municipality of Murça. The Annual Management Plan proposes the hunting limits for each animal species and the conditions of access for hunters and, for these kind of hunting zones is established by the management entity and approved by the Institute for Nature Conservation and Forestry, the entity that has the authority to do so. We present the results of ten years of management with respect to the planned journeys performed, estimated culling and effectively culled species - rabbit, hare, red-legged partridge and wild boar. It appears that in all hunting seasons the number of journeys made and bag records was lower than expected. In some years this difference was most pronounced being due to overstated number of predicted hours, lack of abundance of some species brought in some years by outbreaks, such as the wild rabbit. The availability of other ZCM also allows hunters, by the existence of vacancies, to choose other hunting areas. The number of available hunting trips have been adjusted in recent years and which shall be related to indices of abundance of the stocks to be held before the beginning of each hunting season. It is intended that the analysis of the first 10 years of management as land ordered to check and improve the actions taken to ensure plenty of game populations and satisfaction of hunters.

Keywords: Municipal Hunting Zone; Game management; planning ; hunting ; partridge ; rabbit; hare; Boar .

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREA DE ESTUDO	3
2.1 LOCALIZAÇÃO	3
2.2 ACESSOS.....	5
2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.....	6
2.4 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	6
2.4.1 Orografia e clima	6
2.4.2 Coberto Vegetal.....	6
2.4.3 Espécies Florestais	8
2.4.4 Culturas Agrícolas.....	8
2.4.5 Recursos Hídricos.....	8
2.5. ESPÉCIES CINEGÉTICAS	10
2.5.1 Sedentárias.....	10
2.5.2 Migradoras.....	10
2.5.3 Caça maior.....	10
2.6. ESPÉCIES PROTEGIDAS.....	10
3. GESTÃO DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL	11
3.1 ENTIDADE GESTORA.....	11
3.2 RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS	12
3.3 AÇÕES DE FOMENTO CINEGÉTICO	12
3.3.1 Ações específicas - Espécies de Caça Menor	20
3.3.2. Ações específicas - Espécies de Caça Maior	20
3.4 CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE NO EXERCÍCIO VENATÓRIO.....	21
3.5 TAXAS A COBRAR PELO EXERCÍCIO DA CAÇA.....	21
3.6 JORNADAS E PERÍODO DE CAÇA	22
3.7 MEDIDAS DE CONTROLO À PRÁTICA DE CAÇA FURTIVA	23
4. RESULTADOS DE GESTÃO	24

4.1 JORNADAS E ABATE (PREVISTO E REALIZADO).....	24
4.1.1 Coelho-bravo e Lebre	24
4.1.2 Perdiz	27
4.1.3 Javali	29
4.2 RESULTADOS FINANCEIROS.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta de Localização ZCMJ-V	3
Figura 2: Carta de Localização ZCMJ-V (Carta Militar).....	4
Figura 3: Mapa da Rede Viária ZCMJ-V.....	5
Figura 4: Carta de ocupação de solo – ZCMJ-V.....	7
Figura 5: Carta Hidrológica – ZCMJ-V	9
Figura 6: Sementeiras anuais	13
Figura 7: Uso de Fogo Controlado.....	13
Figura 8: Área tratada com uso de fogo controlado (2 anos após).....	14
Figura 9: Bebedouro	14
Figura 10: Carta de Locais Interditos à Caça.....	15
Figura 11: Cercado Aflodounorte.....	17
Figura 12: Vista interior do cercado	19
Figura 13: Relação do tipo de caçadores existentes na ZCMJ-V (percentagem)	21
Figura 14: Percentagem diária por tipo de caçador.....	23
Figura 15: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para o coelho-bravo e lebre	25
Figura 16: Número de abates previstos e número de peças abatidas, coelho-bravo.....	26
Figura 17: Número de abates previstos e número de peças abatidas, lebre.....	27
Figura 18: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para a Perdiz.....	28
Figura 19: Número de abates previstos para a perdiz e número de peças abatidas	29
Figura 20: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para o Javali.....	30
Figura 21: Número de abates previstos e número de peças abatidas, javali.....	31
Figura 22: Resultados Financeiros	32

1. INTRODUÇÃO

A Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais (ZCMJ-V) foi criada no ano de 2003 pela portaria 1347/2002 de 12 de outubro, com o Proc. Nº 3138 na Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF). A ZCMJ-V tem uma área de 5362,61 ha e está inserida nas freguesias de Jou e Valongo de Milhais no concelho de Murça, sendo a Associação Florestal do Vale do Douro Norte a entidade gestora.

A publicação da Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, veio alterar o tipo de ordenamento cinegético permitindo a constituição de Zonas de Caça Municipais (ZCM), acabando com o regime livre de caça e ao mesmo tempo possibilitaram o acesso a todos os caçadores de igual forma mediante a apresentação de candidaturas e pagamento de uma taxa diária estipulada em portaria não podendo as entidades gestoras negar a sua candidatura desde que esta sejam apresentadas dentro do prazo estabelecido e definido no Plano Anual de Exploração (PAE) e Condições de Acesso apresentado junto do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas que depois de aprovado por este organismo público é publicado na página na Internet e em Jornal de expansão nacional para que todos o interessados tenham livre acesso.

Em 1992 foi constituída, pela portaria 722-Q13-92 de 15 de julho, a Zona de Caça Associativa da freguesia de Valongo de Milhais, processo número 1123 DGF, tendo a mesma sido extinta em 1997 pela portaria 825/97 de 6 de Setembro, declarada inconstitucional pelo tribunal constitucional pela anexação de terrenos sem a legitima autorização de proprietários. As áreas da freguesia de Valongo de milhais permaneceram em regime livre até 2003, quando surgiu a Zona de Caça Municipal que dispensa o acordo de autorização dos detentores das terras. No que diz respeito à freguesia de Jou esta nunca teve qualquer tipo de ordenamento cinegético até à constituição da ZCMJ-V.

A presente dissertação pretende apresentar o processo de gestão de uma Zona de Caça Municipal gerida por uma Associação, desde a sua constituição até à presente data, divulgando os resultados de gestão tais como abate das principais espécies cinegéticas, de acordo com os dados fornecidos pelos caçadores, bem como as ações realizadas para a melhoria e gestão do habitat.

Após o presente capítulo de introdução ao tema e descrição do estudo e objetivos científicos do mesmo, o presente documento é composto por mais três capítulos. No segundo capítulo será feita a caracterização da área de estudo, tais como localização, acessos, caracterização social e biofísica, espécies cinegéticas e espécies protegidas. No terceiro capítulo é descrita a gestão da ZCMJ-V, onde é apresentada a entidade gestora, os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, e as ações de fomento cinegético que tem vindo a ser desenvolvidas. No quarto capítulo apresentam-se os resultados de gestão nomeadamente ao nível das jornadas de caça realizadas e espécies abatidas ao longo dos últimos dez anos, desde a época venatória 2003/2004 até à actualidade. O quinto capítulo restringe-se às considerações finais.

2. ÁREA DE ESTUDO

2.1 LOCALIZAÇÃO

A Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais – ZCMJ-V, processo N° 3138 – ICNF, localiza-se no distrito de Vila Real, concelho de Murça, situa-se na Freguesia de Jou, nomeadamente nas localidades de Vale de Égua, Penabeice, Jou, Aboleira, Mascanho e Toubres e Freguesia de Valongo de Milhais, nas localidades de Serapicos, Carvas, Valongo de Milhais, Ribeirinha. Abrange ainda algumas áreas residuais da freguesia de Murça, União de Freguesias de Noura e Palheiros, Figura 1.

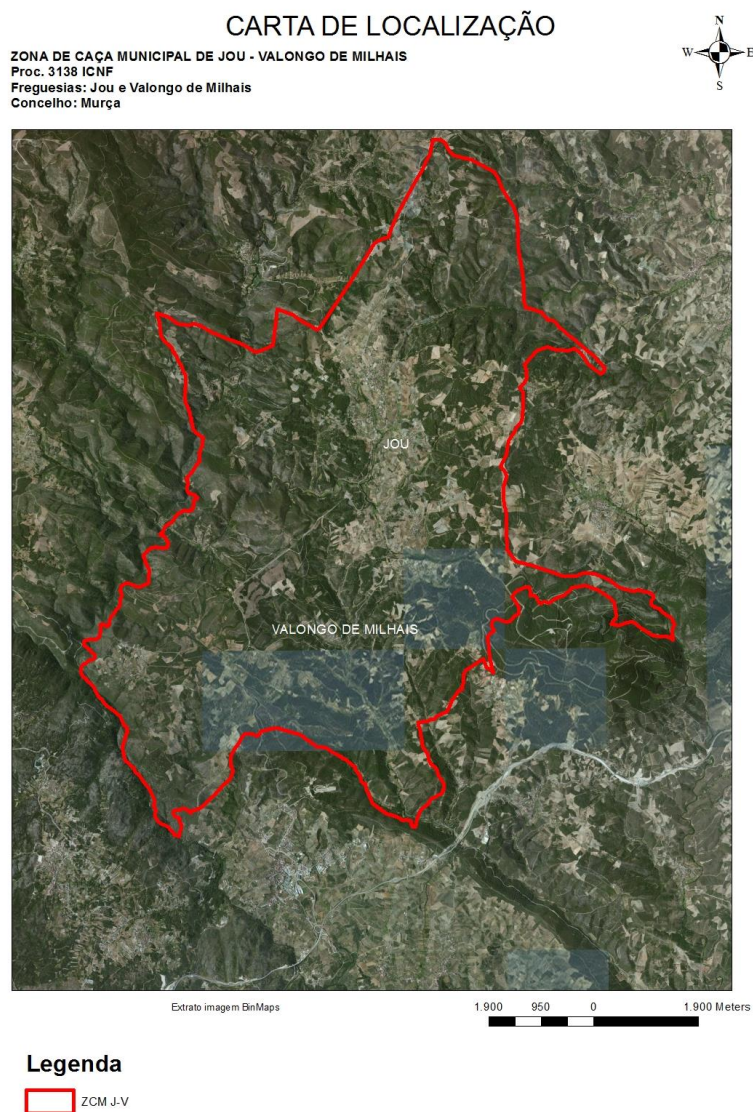


Figura 1: Carta de Localização ZCMJ-V

A ZCMJ-V é limitada a Norte, Este e Oeste pelo limite do concelho de Valpaços, a Sudoeste pelo rio Tinhela e a Sul pelos limites das Freguesias de Murça e Palheiros, conforme se apresenta na Figura 2, extracto da carta miliar número 75 e 89.

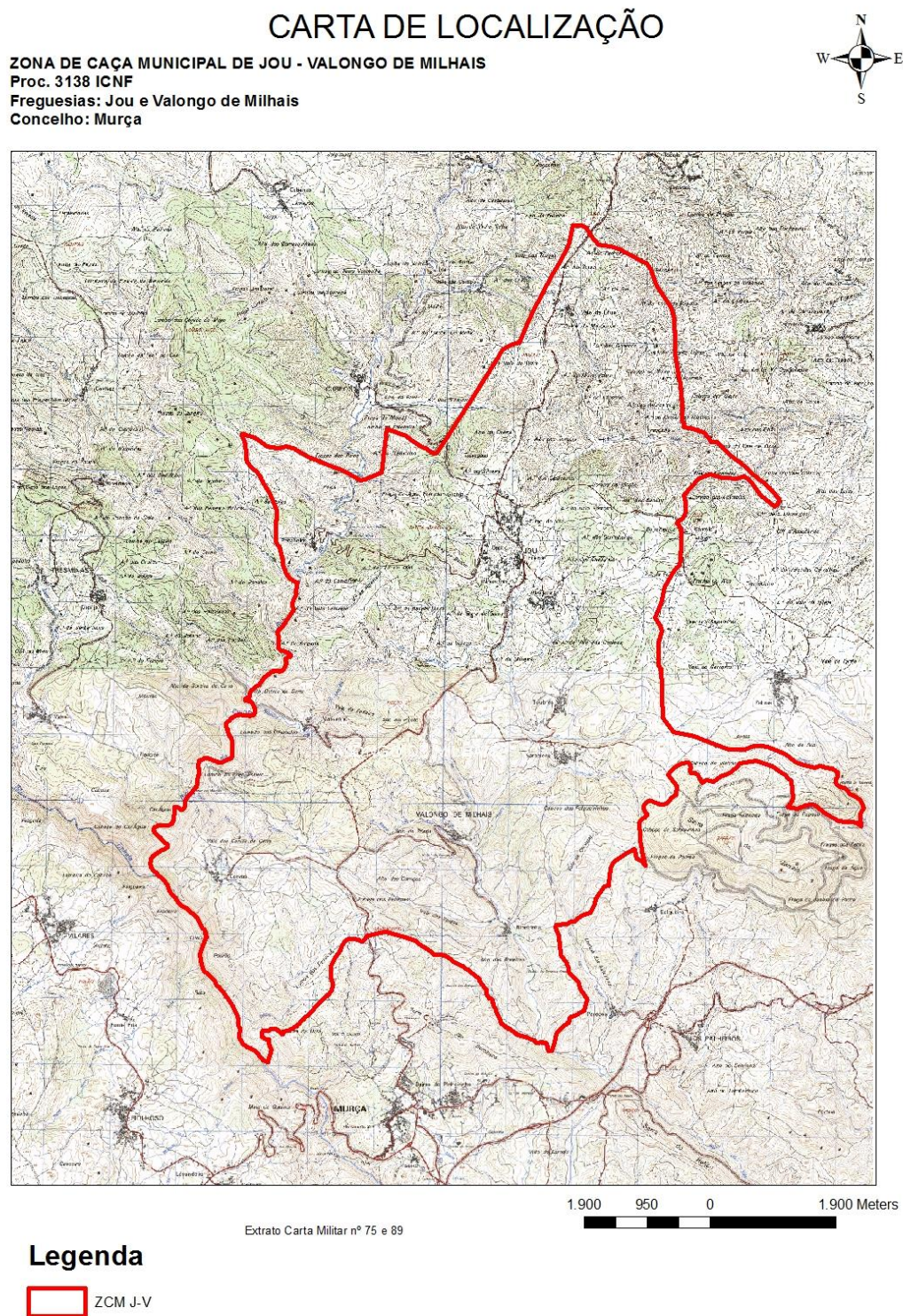


Figura 2: Carta de Localização ZCMJ-V (Carta Militar)

2.2 ACESSOS

A ZCMJ-V, na sua generalidade, possui bons acessos, caracterizados por uma rede viária em bom estado de conservação, o que permitirá efetuar a adequada vigilância a toda a área, assim como a circulação de todos os caçadores. Contudo, têm-se verificado na zona de caça alguns atropelamentos de animais, nomeadamente coelhos e lebres, facilita igualmente a caça furtiva, em especial caça maior, Figura 3.

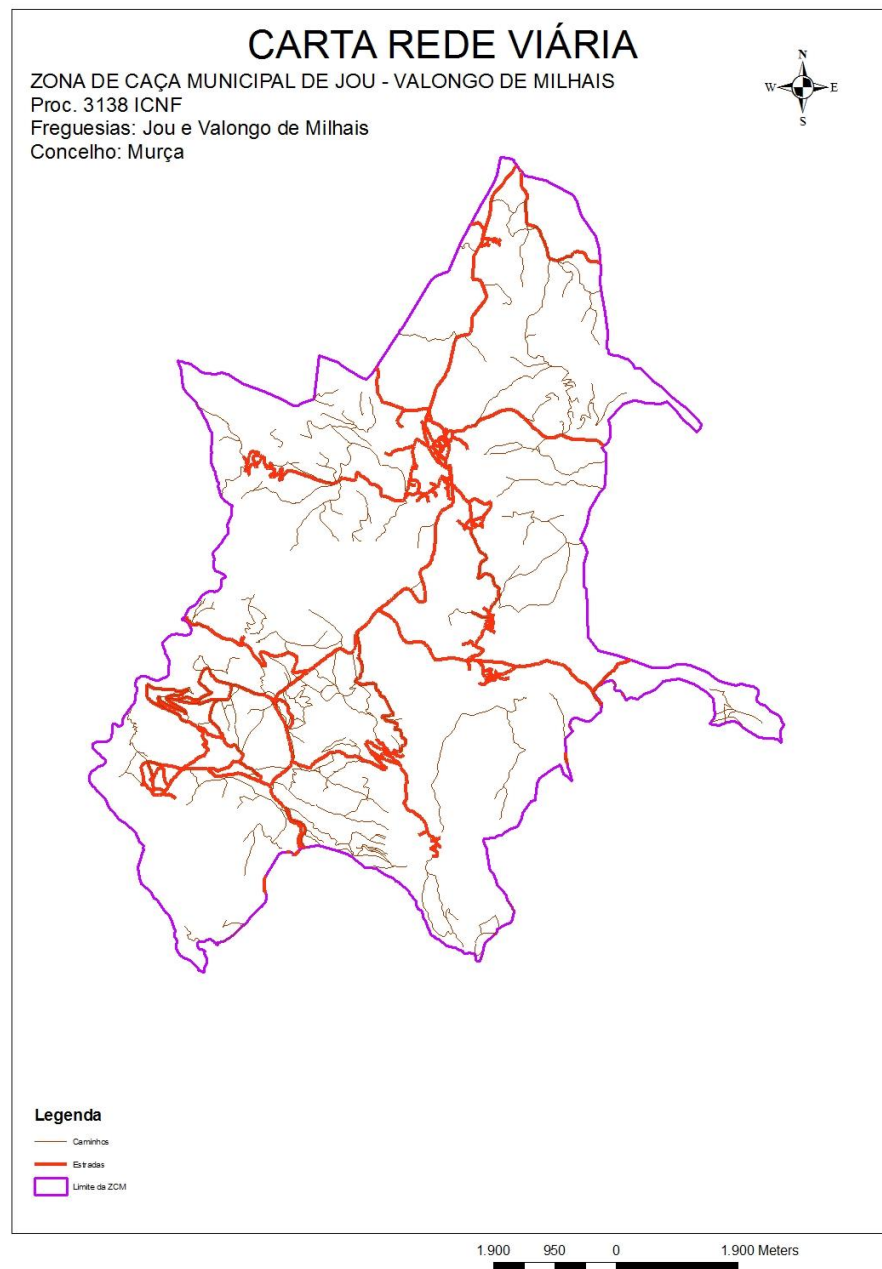


Figura 3: Mapa da Rede Viária ZCMJ-V

2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

A área tem uma população residente com cerca de 983 habitantes (INE, 2014) distribuídos por onze povoações das freguesias de Jou e Valongo de Milhais. A zona de caça abrange ainda uma área marginal das Freguesias da União de Freguesias de Noura e Palheiros. A ocupação dominante da população residente é a agricultura, com forte produção de azeite, vinho, centeio, amêndoa, castanha, feno, batata, milho e feijão, dedicando-se ainda a outros produtos hortícolas, destinados essencialmente ao auto consumo.

2.4 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

2.4.1 OROGRAFIA E CLIMA

A área em estudo abrange locais que vão desde zonas com características de Terra Fria até às que têm características da Terra Quente, passando obviamente pelos que têm características de Terra de Transição ou Montanha. Esta multiplicidade de climas prende-se principalmente pelas variações de altitude e pela proximidade de montanhas ou de vales de baixa altitude. A região é constituída por um planalto central de relevo ondulado e de baixo declive, recortado por ribeiras e linhas de água, de encostas com declives muito heterogéneos que vão desde acentuados a ligeiros. A Oeste, o relevo é dominado por situações de encostas de declives bastante acentuados, nomeadamente nas encostas que descem da zona planáltica até às ribeiras de Curros e Mascanho e ao rio Tinhela. Segundo Agroconsultores - Coba (1991), os solos da região são Leptosolos dístricos órticos, Cambissolos dístricos crómicos e Leptosolos úmbricos. As cotas da área proposta não são muito diversificadas, variando entre os 450 m junto ao rio Tinhela e os 765m no marco geodésico “Rancho 1º”. A precipitação nesta zona tem um valor médio anual na ordem dos 700 a 1000 mm, apresentando uma temperatura média anual entre 15 e 16°C e 40 a 60 dias/ano de geadas, variando muito esta última com a altitude do local.

2.4.2 COBERTO VEGETAL

A grande variedade de climas, da área da zona de caça municipal determina a formações vegetais naturais ou agrícolas. A ocorrência, com disseminação um pouco por toda a área, de numerosas parcelas com culturas hortícolas, pomares de castanheiro, olivais e cereais

de regadio, bem como, a presença de comunidades de mato e pequenos bosquetes compostos por várias espécies florestais que entrecortam essas parcelas conferem excelentes condições relativamente à reprodução, abrigo e alimentação para as espécies cinegéticas existentes. As áreas de matos, resultantes em grande parte da ocorrência de incêndios, são constituídas por comunidade de mato muito heterogêneas, tanto no seu porte e densidade como nas espécies arbustivas que as constituem. Da vegetação arbustiva destacam-se as seguintes espécies: Esteva – *Cistus ladanifer*; Tojo - *Ulex europaeus*; Giesta - *Cytisus spp.*; Urze - *Erica spp.*; Silvas - *Rubus spp.*; Carqueja - *Pterospartum tridentatum*. O estrato herbáceo é muito diversificado, sendo constituído essencialmente por gramíneas, leguminosas e compostas, Figura 4.

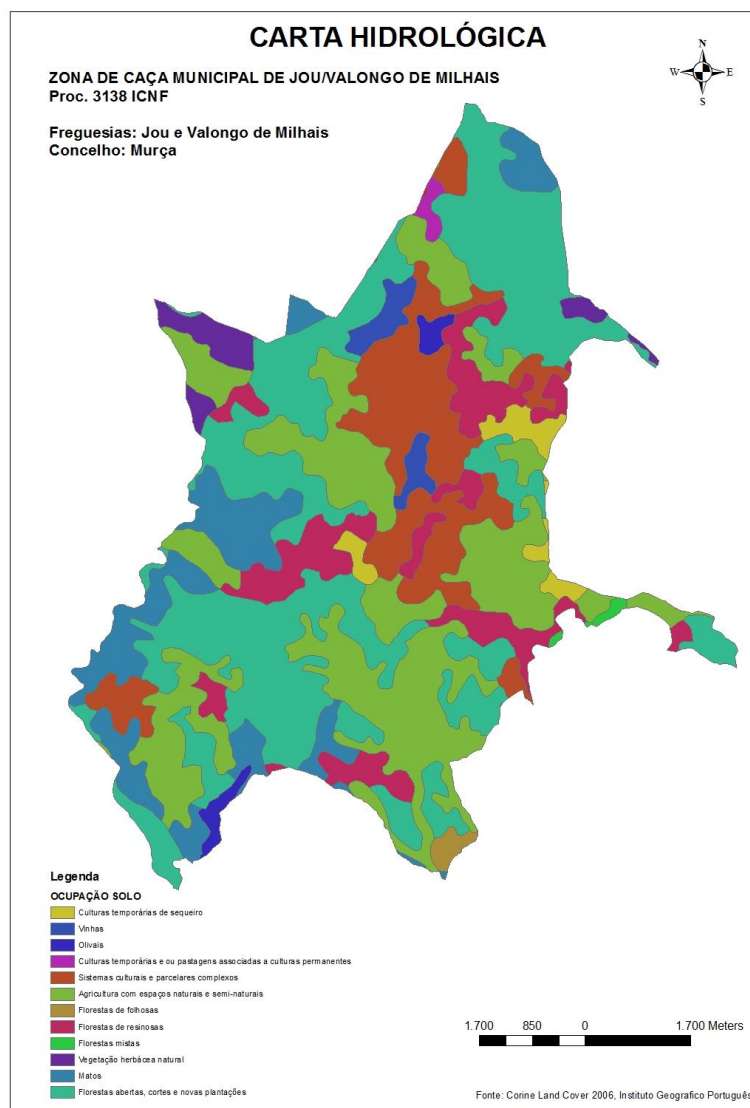


Figura 4: Carta de ocupação de solo – ZCMJ-V

2.4.3 ESPÉCIES FLORESTAIS

A floresta possui alguma expressão nesta área, com manchas um pouco por todo o território. É composto essencialmente por Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), resultante, quer de arborização quer de regeneração natural, com idades muito variadas. A presença do Sobreiro - *Quercus suber* também é apreciável nos locais de maior cariz mediterrâneo. Observa-se ainda a presença ocasional de bosquetes constituídos por Videiro - *Betula celtiberica*; Pinheiro – Larício; *Pinus nigra*; Abeto de Douglas - *Pseudotsuga menziesii* e de pomares de Castanheiros – *Castanea sativa*. Existem também algumas arborizações recentes principalmente à base de Cedros do buçaco - *Cupressus lusitanica*; Cerejeira - *Prunus avium*; Castanheiros - *Castanea sativa*. Nas linhas de água as espécies observadas são: Freixo - *Fraxinus angustifolia*; Amieiro - *Alnus glutinosa*; Choupos - *Populus sp.* e Salgueiro - *Salix sp.*

2.4.4 CULTURAS AGRÍCOLAS

Os soutos, olival, vinha, amendoal, os cereais praganosos de sequeiro, a vinha, os lameiros de feno, a batata, o milho e o feijão são as culturas agrícolas predominantes. É de realçar a ocorrência, em número relativamente significativo na vertente da disponibilidade de alimento para os recursos cinegéticos, de várias parcelas constituídas por cereais de regadio e por outros produtos hortícolas destinados ao autoconsumo. Estas parcelas disseminam-se um pouco por toda a área, à excepção das zonas de maior cota altimétrica, tendo a sua maior expressão junto das linhas de água e nos vales que a zona proposta apresenta. Acresce, pela sua importância no fomento cinegético da zona proposta, que as práticas agrícolas utilizadas são as tradicionais, isto é, observa-se uma insignificante mecanização e uma reduzida utilização de herbicidas.

2.4.5 RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos hídricos disponíveis para as espécies cinegéticas são constituídos pelas linhas de água, nascentes, tanques e charcas que asseguram o fornecimento de água durante todo o ano, ocorrendo esses recursos um pouco por toda a área da ZCMJ-V. O rio Tinhela, a ribeira de Curros, a ribeira de Mascanho, a ribeira de Serapicos, a ribeira de Jou são as linhas de água com maior caudal permanente, existindo ainda outras que disponibilizam água, com maior ou menor abundância, durante praticamente todo o ano (Figura 5).

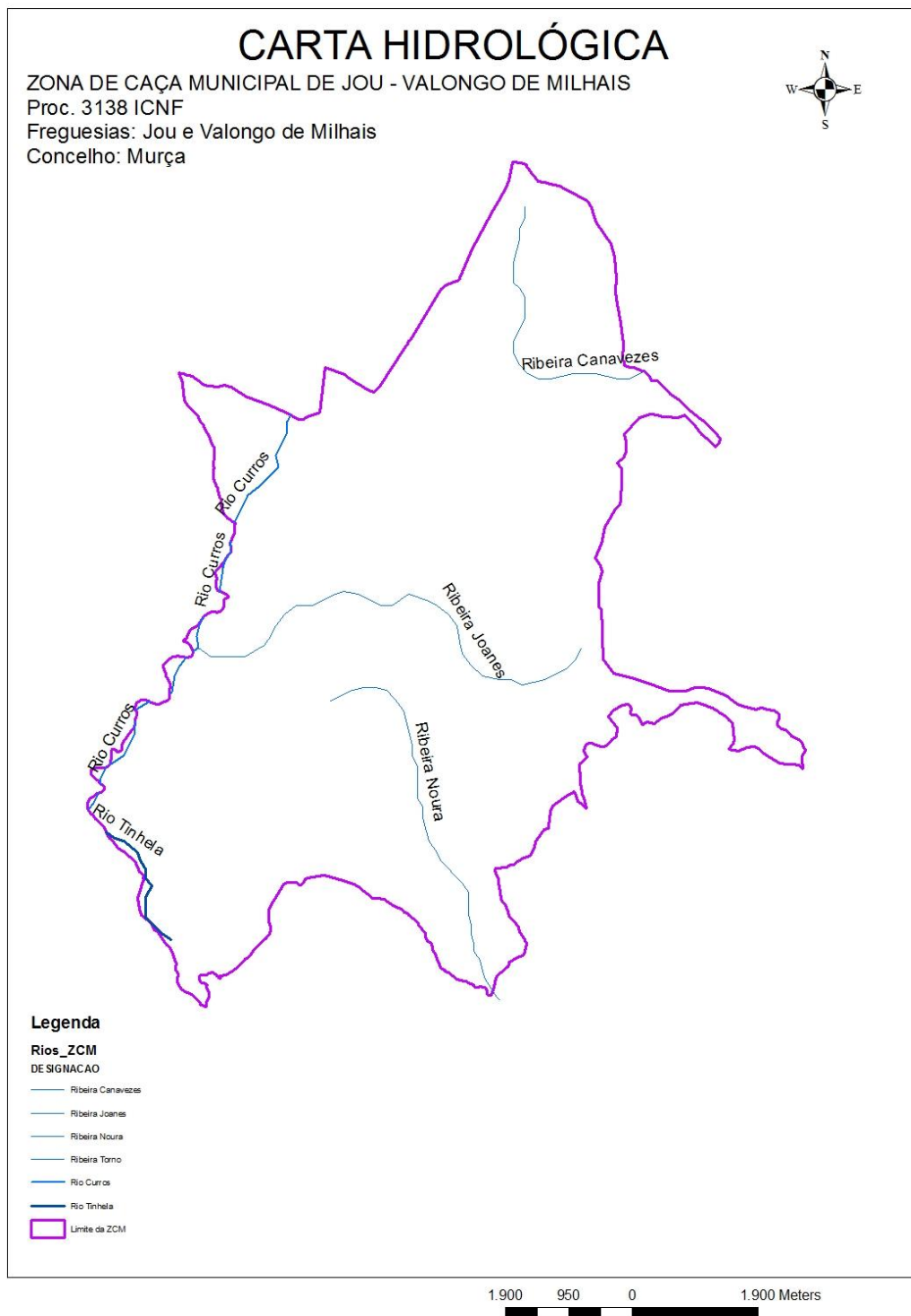


Figura 5: Carta Hidrológica – ZCMJ-V

De referir a existência de numerosos regadios tradicionais com represas e canais activos durante o verão, bem como numerosas poças utilizadas na agricultura. As zonas de maior cota altimétrica são aquelas onde poderá ocorrer um maior défice de recursos hídricos de superfície no período estival.

2.5. ESPÉCIES CINEGÉTICAS

Na Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais a listagem das espécies cinegéticas está de acordo com o anexo I a que se refere o Decreto-Lei n.º 2/2011 de 6 janeiro.

2.5.1 SEDENTÁRIAS

Mamíferos: Coelho bravo - *Oryctolagus cuniculus*; Lebre - *Lepus granatensis*; Raposa - *Vulpes vulpes*.e Perdiz (*Alectoris rufa*). Aves: Perdiz vermelha - *Alectoris rufa*; Gaio - *Garrulus glandarius*; Pega rabuda - *Pica pica*; Gralha preta - *Corvus corone*; Melro - *Turdus merula*; Tordeia – *Turdus viscivorus*.

2.5.2 MIGRADORAS

As aves migradoras ou parcialmente migradoras, podem ser de verão, caracterizadas por visitar o território essencialmente para nidificar, como é o caso da Rola-comum - *Streptopelia turtur*, Codorniz - *Coturnix coturnix*; Pombo-bravo - *Columba oenas*; Pombo-torcaz - *Columba palumbus*; Estorninho-malhado - *Strurnus vulgaris*; Narceja-comum - *Gallinago gallinago*. Podem igualmente ser espécies de inverno, caracterizadas por visitar o território na altura de alimento, como é o caso dos Tordos – *Turdus philomelos*, *Turdus iliacus*, *Turdus pilaris*; Galinhola - *Scolopax rusticola*.

2.5.3 CAÇA MAIOR

Javali - *Sus scrofa*; Corço – *Capreolus capreolus*.

2.6. ESPÉCIES PROTEGIDAS

Das espécies legalmente protegidas, segundo a Lei n.º 90/88 de 13 de Agosto e Lei n.º 139/90 de 27 de Abril, as presentes na ZCMJ-V são Lobo - *Canis lupus*; Milhafre-real - *Milvus milvus*; Gavião - *Accipiter nisus*; Águia-de-asa-redonda - *Buteo buteo*; Peneireiro-vulgar; *Falco tinnunculus*; Mocho-de-orelhas - *Otus scops*; Coruja-do-mato - *Strix aluco*; Coruja-das-torres - *Tyto alba*; Bufo-real - *Bubo bubo*; Corvo - *Corvus corax*; Poupa - *Upupa epops*; Texugo - *Meles meles*.

3. GESTÃO DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL

3.1 ENTIDADE GESTORA

A entidade gestora da Zona de Caça Municipal de Jou Valongo de Milhais é a Associação Florestal do Vale do Douro Norte, adiante designada Aflodounorte, contribuinte fiscal número 504039210, com sede em Casa Florestal de Mascanho/Carvas 5090-077 Murça. Foi constituída em 1997 com o objetivo de apoiar os proprietários florestais de modo a melhorar a gestão das áreas florestais e aproveitamento dos recursos com vista ao aumento de rentabilidade dos espaços florestais. Atualmente a associação conta com mais de seiscentos associados, aos quais tem sido prestados os mais diversos tipos de serviços desde elaboração e execução de projectos florestais, arborização e beneficiação de povoamentos, avaliações de material lenhoso, medições de áreas e visitas de aconselhamento técnico. Ao nível dos Corpos Sociais a Aflodounorte é composta por uma Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal não sendo estes órgãos remunerados, com recursos humanos permanentes dispõem de dois técnicos superiores, um na área de engenharia florestal outro na área de engenharia do ambiente, um administrativo e cinco sapadores florestais, SF 03-117 ICNF. Fazem parte da área social da Aflodounorte oito municípios a norte do rio douro, nomeadamente Murça, Alijó, Sabrosa, Vila Real, Régua, Santa Marta Penaguião, Mesão Frio e Valpaços. Têm igualmente contribuído para a melhoria do conhecimento nas mais diversas áreas ligadas ao sector florestal através da realização de jornadas técnicas, seminários e workshops.

A Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais foi criada no ano de 2003, com o Proc. Nº 3138 na Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) tem uma área de 5362,61 ha e está inserida nas freguesias de Jou e Valongo de Milhais no concelho de Murça. A Associação Florestal do Vale do Douro Norte é a entidade gestora. Esta gestão resultou no interesse demonstrado por alguns caçadores, para que a Aflodounorte gerisse a concessão da Zona de Caça Municipal nas freguesias de Jou e Valongo de Milhais, por uma concessão no período de seis anos, tendo desde então apresentado dois pedidos de renovação. Durante este período na área da cinegética têm sido feitas anualmente várias intervenções de melhoria das condições de habitat.

3.2 RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

Os **recursos humanos** disponibilizados para a gestão ZCMJ-V são o corpo de directores da Associação Florestal do Vale do Douro Norte, os seus quadros técnicos e administrativos, encontrando-se o autor como o técnico responsável pela elaboração do Plano Anual de Exploração - PAE e Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética – POEC.

Os **recursos financeiros** disponíveis para ZCMJ-V são as receitas provenientes das taxas pagas pelos caçadores que constituem os recursos a aplicar à gestão da zona de caça.

Os **recursos materiais** e de **estrutura** consistem na sede da Aflodounorte, duas viaturas ligeiras sendo uma todo-o-terreno. Como materiais, ao longo dos anos, têm sido adquiridos bebedouros; comedouros; gaiolas de repovoamento; sinalética; A Aflodounorte utiliza desde julho de 2007 a aplicação “CINEGESTÃO - Solução de Gestão de Zonas de Caça” que permite uma gestão rápida, simples e eficaz da ZCMJ-V. Esta aplicação apresenta como principais funções: Emissão de Licenças Especiais de Caça; Registo de caçadores; Jornadas de caça; Inscrições em jornadas de caça; Sorteio das jornadas de caça e/ou das portas; Peças de caça abatidas; Registo de observações e contagens; Preenchimento automático dos formulários oficiais; Emissão de facturas; Possibilidade de integração com sistemas de informação geográfica. Esta aplicação permite ainda proceder à facturação e processamento de documentos, dando ao gestor da Zona de Caça a possibilidade de emitir todo tipo de documentos, controlar tesouraria e contas correntes (Agrogestão, 2014).

3.3 AÇÕES DE FOMENTO CINEGÉTICO

Os recursos disponíveis, quer hídricos quer alimentares, não são suficientes para otimizar o desenvolvimento das espécies cinegéticas que ocorrem na zona de caça. Para colmatar esta deficiência, têm sido **instaladas culturas agrícolas**, com cereais e leguminosas adequadas para as espécies mais sensíveis (perdiz vermelha e lebre) nas zonas mais desprovidas de alimento ou com alimento de baixa qualidade (zonas de matos), conforme ilustra a Figura 6. Em alguns locais são colocados comedouros artificiais.



Figura 6: Sementeiras anuais

Através do **uso do fogo controlado** têm sido criadas clareiras nas zonas de matos com grande densidade de matos conforme ilustra a Figura 7, de forma a melhorar as condições de habitat. Estas ações foram realizadas nos últimos quatro anos em vários locais, tendo sido tratados com uso do fogo controlado aproximadamente 50 hectares, localizando-se essencialmente em áreas baldias por questões burocráticas, serem áreas maiores, mais fácil de identificar e obter a autorização dos gestores destes espaços.



Figura 7: Uso de Fogo Controlado

Esta técnica permite uma renovação de matos lenhificados e o surgimento de algumas gramíneas (figura 8) susceptíveis de ser consumidas pelas espécies cinegéticas.



Figura 8: Área tratada com uso de fogo controlado (2 anos após)

Todos os anos se é feita uma atividade de limpeza dos **pontos de água** com os caçadores locais, de forma a serem limpos os maiores números de pontos de água, que posteriormente permitem o acesso da caça à água. Na época estival são instalados bebedouros artificiais nos locais onde se justifique, conforme ilustra a Figura 9.



Figura 9: Bebedouro

São promovidas **ações de sensibilização** no sentido de informar os proprietários em geral, e os que são simultaneamente caçadores, em particular, relativamente às práticas agrícolas que permitem otimizar e proteger o ciclo biológico das espécies cinegéticas, sem interferir no potencial produtivo do normal uso do solo.

De forma a preservar, fomentar e otimizar as condições de reprodução do coelho bravo, da perdiz vermelha e da lebre, estão definidos locais onde não é permitida a caça, designado por **décimo**, representando esta 10% da área da Zona de Caça Municipal. A localização destas áreas são de carácter temporário, geralmente com a duração de dois anos e a sua realocação ou não dependerá de estudos a efectuar. Esta área pode ser aumentada se verificar que tal será útil ao funcionamento da ZCM, Figura 10.

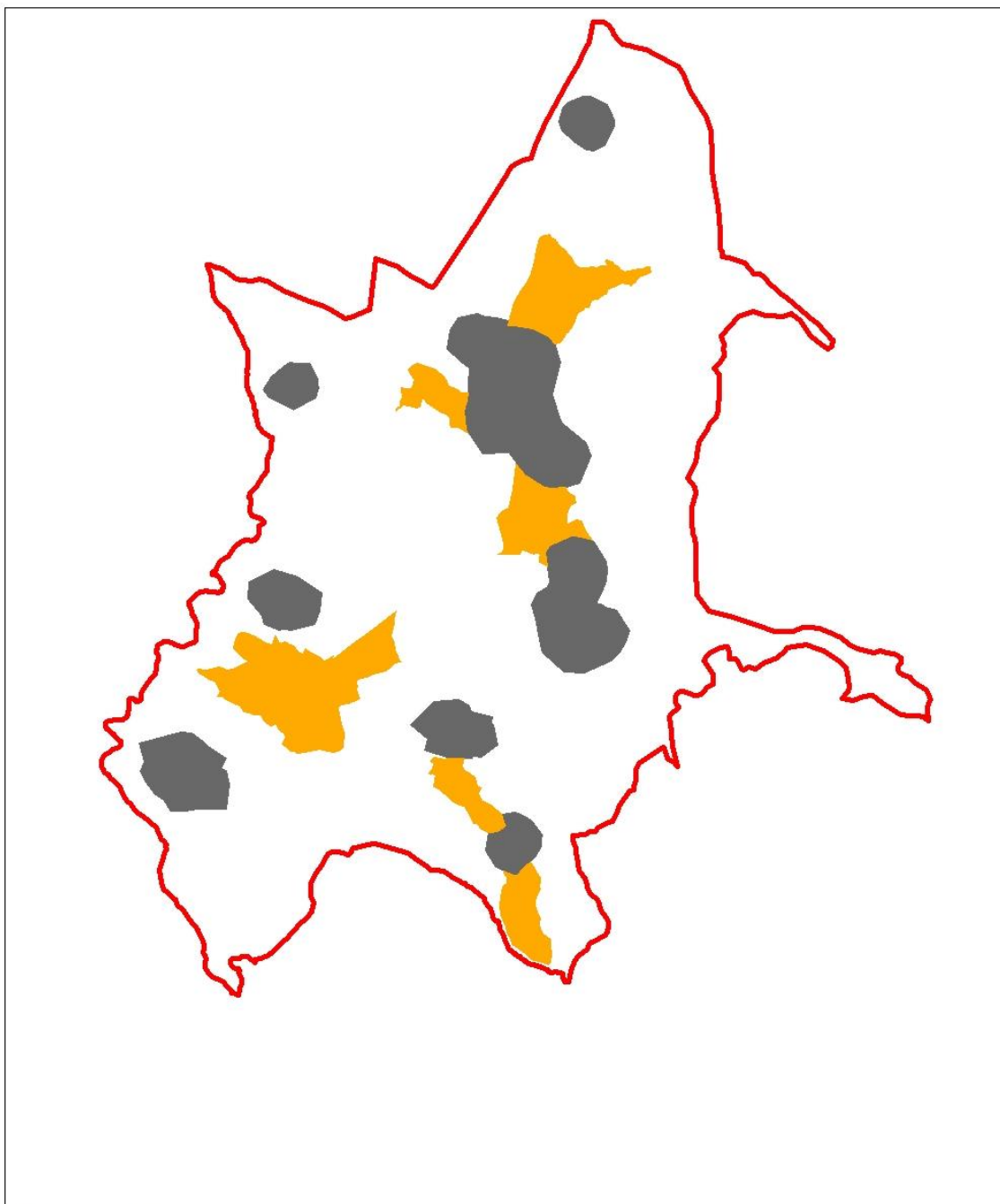
CARTA DE LOCAIS DE INTERDIÇÃO

ZONA DE CAÇA MUNICIPAL DE JOU - VALONGO DE MILHAIS

Proc. 3138 ICNF

Freguesias: Jou e Valongo de Milhais

Concelho: Murça



Legenda

-  ZCM J-V
-  decimo (2014-2016)
-  áreas_sociais

1.900 950 0 1.900 Meters

Figura 10: Carta de Locais Interditos à Caça

Sempre que, após a realização de sensos populacionais, se verifique decréscimos ou ausência nas espécies de caça menor, coelho bravo e perdiz vermelha, torna-se assim necessário efectuar **repopoamentos**. Estes repovoamentos são feitos com espécies indígenas preferencialmente oriundas da mesma área geográfica, evitando assim alterações no património genético existente. A Aflodounorte promove igualmente a captura de indivíduos selvagens, em colaboração com as entidades competentes, para que no futuro os repovoamentos possam ser feitos sem contaminação genética das populações selvagens. Todo o processo de repovoamentos efectuados é de acordo com a legislação em vigor.

- Repopoamentos de perdizes - Existem duas épocas por ano em que é mais favorável efectuar repovoamentos desta espécie (Pereira e Capelo, 1996). No período de Verão com perdizes jovens de 8-10 semanas em bandos e no período de Inverno com perdizes adultas, 6 meses de idade, em casais. Os locais de repovoamentos são previamente escolhidos com alimentação e água disponíveis em quantidade e de preferência abrigado do vento e exposto a sul. Para que as perdizes se possam adaptar e fixar melhor ao local é necessário instalar previamente pequenos parques de largadas com 4x5x0,70 m, onde as perdizes ficam cerca de 4-5 dias. A densidade não deve ultrapassar as duas perdizes por m². Dentro das jaulas e nas redondezas deverão ser colocados comedouros e bebedouros. A largada das aves pode fazer-se em duas vezes, espaçadas 24 a 48 horas. É conveniente conservar 1 a 2 casais dentro dos parques durante 15 dias para que as aves já largadas se fixem mais facilmente na zona.

- Repopoamento de coelhos bravos – Com a mortalidade elevada que se tem verificado nos últimos dois anos que reduziu fortemente a população de coelho bravo. Apesar de ser uma espécie de fácil recuperação com 2/3 ninhadas no ano prevê-se na época de defeso a largada de coelhos como forma de permitir uma recuperação mais rápida em locais onde o grau de abundância seja muito inferior ao desejável.

Ao abrigo da legislação vigente (decreto-lei. 202/04, de 18 de Agosto, alterado através do Decreto-lei n.º 201/05, de 24 de Novembro), a Aflodounorte, gestor da Zona de Caça Municipal de Jou e Valongo de Milhais construiu um cercado para criação de coelho bravo para repovoamento exclusivo da Zona de Caça, de forma a garantir a sustentabilidade desta espécie cinegética dentro da zona de caça. Os objetivos que levaram à sua construção foram os seguintes:

- Aumentar a densidade desta espécie dentro da zona de caça;
- Garantir que os animais os introduzidos são da subespécie *Oryctolagus cuniculus algirus*;
- Diminuir a probabilidade de introdução de pragas e doenças, associadas às outras subespécies;
- Efectuar um controlo adequado dos animais introduzidos;
- Dar continuidade à atividade cinegética associada ao coelho bravo;

Para este efeito a Aflodounorte elaborou uma candidatura ao ProDeR - Medida 132 Gestão Multifuncional para a construção de um cercado que se encontra neste momento em fase de conclusão. Está construído no interior da zona de caça, mais precisamente na localidade de Carvas, têm uma dimensão de 4000 m², conforme ilustra a Figura 11. Espera-se que o seu funcionamento tenha início no próximo ano civil.



Figura 11: Cercado Aflodounorte

A dimensão do Cercado teve em conta o efetivo reprodutor que a área permite instalar, de forma a cumprir o rácio sexual, pretende-se instalar apenas um núcleo populacional, ou seja oito animais, com um rácio sexual de dois machos e seis fêmeas. Os animais a introduzir serão capturados de acordo as regras legais estabelecidas, dentro da zona de caça. O cercado divide-se em três parques distintos, conforme ilustra a Figura 12, um parque de reprodução/proteção, um parque de alimentação e um parque de recria. A distribuição espacial destas áreas tem em conta a topografia, o tipo de solo, a

disponibilidade de água e a presença de refúgios. Considerando a capacidade de escavação dos coelhos, foi instalado um murete exterior construído em bloco reforçado de 1,20 metros de profundidade, incluindo fundações, a fim de evitar a abertura de galerias para o exterior. O cercado foi vedado com rede de malha galvanizada de 40 cm para impedir a ferrugem, a mesma foi fixada ao murete com grampos e suportada por vigas de 2,5 metros de altura. As vigas foram dispostas de cinco em cinco metros, em dois lados opostos do murete, e de dois em dois metros nos outros dois lados. Para além de servir de suporta à vedação lateral as vigas colocadas à distância de cinco metros, servem para colocar um arame zincado que une os dois lados opostos do cercado. O arame serve de apoio à rede de cobertura que será colocada nos outros dois lados opostos e apoiada nas vigas que estão à distância de dois metros. Para manter a vedação mais sólida, nos cantos e nos apoios das portas, foram construídos doze pilares de cimento reforçados com ferro. Foi ainda aplicada outra vedação de reforço na base da cerca, com cerca de um metro de altura, com malha de 1,5 cm, para impedir a saída dos lâparos do cercado, como também a entrada de predadores e três portas para permitir o acesso ao interior do cercado como também dos diferentes parques. Relativamente às divisões internas do cercado, estas pretendem garantir as mesmas condições que a do murete e vedação exterior, garantindo que os parques estejam isolados uns dos outros, não permitindo a passagem dos animais entre eles sem a nossa intervenção. Relativamente ao parque de reprodução/proteção, de forma a garantir a intercomunicabilidade com a área de alimentação, foram colocadas duas portas, tipo porta de regadio, que permitem mediante um sistema de fecho manual, controlar a permanência dos coelhos no parque. Considerando os diversos predadores do coelho, a vedação e o murete instalado garantem a proteção dos animais dentro do cercado contra os predadores terrestres. No entanto, é normal a concentração de predadores alados a sobrevoarem este tipo de cercado, não só pela concentração de alimento, mas principalmente pela facilidade em capturar as presas, acrescentando o facto de se tratarem geralmente de espécies protegidas, tornando difícil o seu controlo. Tendo em conta a dimensão do cercado e esta condicionante, foi colocada uma rede de cobertura (rede de galinheiro) de malha 4 cm apoiada no arame zincado e nas vigas colocadas ao longo do murete, de forma a impedir o acesso destes predadores.

Parque de reprodução/proteção os animais desenvolvem toda a sua atividade, deste modo foram construídos três marouços artificiais com saibro, material muito friável e de

fácil escavação para construção de luras. Com uma retroescavadora foi feito um buraco no chão, colocando-se alguns cepos de árvores arrancadas e rochas, para que os animais possam circular entre os mesmos. Posteriormente foi colocado o saibro por cima do aglomerado de rocha e cepos e sempre que se justifique deverá ser colocado um plástico forte para garantir alguma impermeabilidade do marouços, de forma a garantir que os animais apenas se alimentam no parque de alimentação, dado que neste espaço não serão colocados alimentos nem água.

Parque de alimentação é nesta zona do cercado onde os animais obtém alimento e água, para tal, além da vegetação natural existente, foram colocados dois bebedouros e dois comedouros para alimentação dos animais. É também nesta zona onde os animais são capturados pelo que foram colocados capturadores, para proceder ao repovoamento na ZCMJ-V.

Parque de recria é o local onde os animais encontram condições para se reproduzirem, formam construídos merouços artificiais permitindo aos animais a abertura de luras para a criação. Desempenha um papel importante nas ações profiláticas tais como desparasitação e vacinação.



Figura 12: Vista interior do cercado

3.3.1 AÇÕES ESPECÍFICAS - ESPÉCIES DE CAÇA MENOR

O **coelho bravo** encontra, na área em análise, excelentes condições para o seu normal desenvolvimento, em particular nas proximidades das linhas de água e nas zonas de incultos, onde ocorre com relativa abundância. É uma espécie de particular interesse cinegético, ecológico e social, pois além de ser a mais procurada pelos caçadores locais, contribui para diminuir a pressão predatória exercida sobre outras espécies cinegéticas mais sensíveis, nomeadamente a perdiz vermelha e a lebre. Quando se verificarem surtos mais intensos poderá optar-se pela antecipação da época de caça, de modo a evitar graves epidemias e a rentabilizar indivíduos que de outra forma irão sucumbir por doença.

A **lebre** é uma espécie que teve alguma recuperação nos últimos anos, provavelmente porque esteve interdita a caça a esta espécie nos dois primeiros anos de criação da ZCMJ-V. As melhorias das condições de habitat tais como queimadas, novas plantações nomeadamente de sotos, sementeiras de cereais, foram importantes para a recuperação desta espécie.

A população de **raposas** que ocorre na área em análise é muito significativa devido às condições que o meio lhe proporciona, nomeadamente de abrigo, ausência de predadores e abundância de alimento (principalmente proveniente de atividades humanas). Pelo exposto, a sua caça é permitida quer pelos processos de salto e batida.

A **perdiz vermelha** ocorre em número relativamente abundante indivíduos em alguns locais nomeadamente nas zonas de planalto e campos abertos onde existem culturas cerealíferas, permitindo zonas de nidificação e abrigo muito próximas das zonas de alimentação, proporcionam um habitat com elevado potencial para o desenvolvimento desta espécie desde que sejam tomadas as adequadas medidas de proteção e fomento.

3.3.2. AÇÕES ESPECÍFICAS - ESPÉCIES DE CAÇA MAIOR

O **corço** começa a estar presente na ZCMJ-V, dado o tipo de habitat existente, pelo que, num futuro muito próximo e tendo presente por base a realização de censos a caça selectiva desta espécie pelo processo de aproximação. Esta modalidade de caça trará benefícios socioeconómicos para as localidades onde a Zona de Caça está implementada.

O **javali** ocorre com bastante abundância por todo o território da ZCMJ-V, tendo vindo a aumentar nos últimos anos. A gestão destas populações tem sido feita em função dos

efetivos e da dinâmica populacional mantendo o equilíbrio da espécie, segundo a legislação em vigor. A exploração destas espécies é efectuada na ZCMJ-V de modo a corrigir as elevadas densidades populacionais. Pelo exposto consideramos conveniente e necessária a sua caça, pelos processos de salto, espera e montarias.

3.4 CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE NO EXERCÍCIO VENATÓRIO

Na ZCMJ-V existem 65 caçadores abrangidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 15º do Decreto-lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto com redacção pelo Decreto-lei n.º 2/2011 de 6 de janeiro que são caçadores classificados como tipo A ou seja proprietários ou arrendatários de prédios rústicos inseridos na ZCMJ-V. Na última década registou-se uma diminuição de caçadores locais devido à idade avançada de alguns caçadores, custos da atividade e emigração, em contrapartida, caçadores do Tipo C tem aumentado consideravelmente a procura. No concelho de Murça existem cerca de 150 caçadores oficializados dos quais cerca de 5% estão associados em zonas de Caça Associativa que pertencem à 1ª Região Cinegética. Para o exercício cinegético sustentado propõe-se a percentagem diária dos tipos de caçadores, representada na Figura 13.

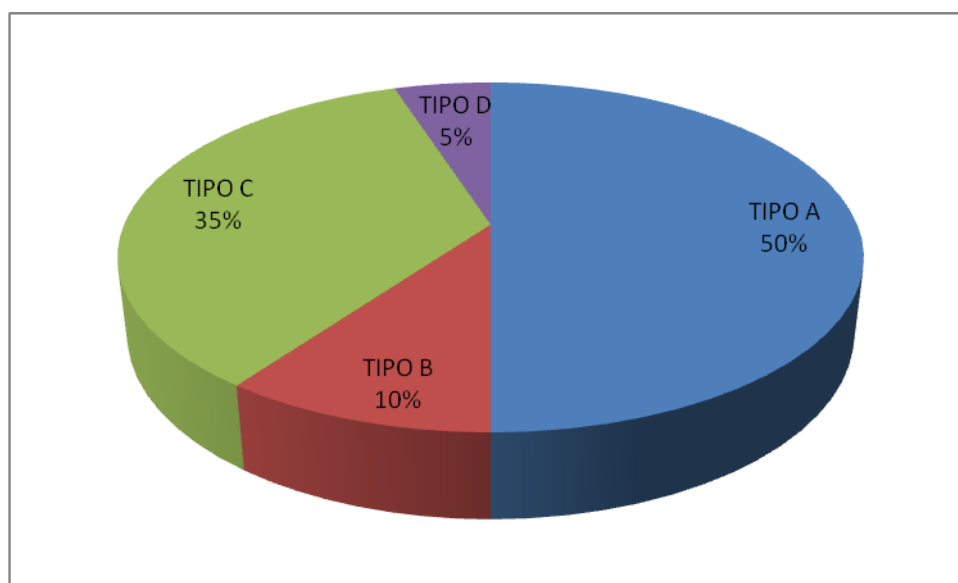


Figura 13: Relação do tipo de caçadores existentes na ZCMJ-V (percentagem)

A proporcionalidade apresentada na figura anterior poderá ser anualmente revista em função da evolução da procura desta zona de caça pelos caçadores dos vários tipos.

3.5 TAXAS A COBRAR PELO EXERCÍCIO DA CAÇA

As taxas a cobrar são de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 7º da Portaria n.º 133/2011, de 4 abril.

TIPO A – Os caçadores pagarão uma taxa diária de 5 € para o exercício da caça às espécies sedentárias e 25,00€ para as espécies de caça maior, segundo o Plano Anual de ordenamento e Exploração Cinegética e de acordo com a legislação em vigor. São classificados com caçadores nesta categoria todos o proprietários, usufrutuários e arrendatários.

TIPO B – Os caçadores pagarão uma taxa diária de 8 € para o exercício da caça às espécies sedentárias e 30,00€ para as espécies de caça maior, segundo o Plano Anual de ordenamento e Exploração Cinegética e de acordo com a legislação em vigor. São classificados com caçadores nesta categoria todos os caçadores residentes no município onde está inserida a da zona de caça.

TIPO C – Os caçadores pagarão uma taxa diária de 10,00€ para o exercício da caça às espécies sedentárias e 35,00€ para as espécies de caça maior, segundo o Plano Anual de ordenamento e Exploração Cinegética e de acordo com a legislação em vigor. São classificados com caçadores nesta categoria todos os caçadores residentes que não se enquadram na categoria A e B e que residem na região cinegética onde a ZCM está inserida.

TIPO D – Os caçadores pagarão uma taxa diária de 15,00€ para o exercício da caça às espécies sedentárias e 35,00€ para as espécies de caça maior, segundo o Plano Anual de ordenamento e Exploração Cinegética e de acordo com a legislação em vigor. São classificados com caçadores nesta categoria todos os caçadores que não residem na mesma área da ZCM ou que são sócios de Zonas de caça Associativas.

3.6 JORNADAS E PERÍODO DE CAÇA

As jornadas de caça propostas na época venatória 2014/2015 baseiam-se na relação de um caçador para 35,75 hectares. Esta relação poderá vir a ser alterada no futuro em função da evolução das populações das espécies cinegéticas face à pressão venatória. Deste modo, estão previstas 150 jornadas diárias de caça, num total de 3750 jornadas para as espécies de caça sedentárias. Pela percentagem apresentada anteriormente, o

número diário de caçadores dos vários tipos que poderão ser admitidos nesta zona de caça é a ilustrada na Figura 14.

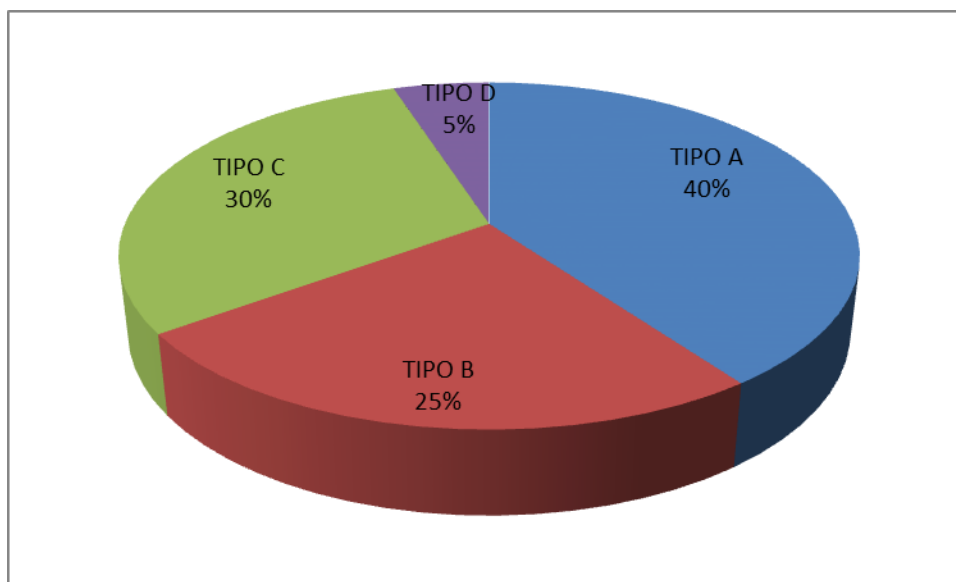


Figura 14: Percentagem diária por tipo de caçador

3.7 MEDIDAS DE CONTROLO À PRÁTICA DE CAÇA FURTIVA

São relatados atos de prática de caça furtiva, maioritariamente na caça maior através da preparação de laços e armadilhas aos javalis. Como a entidade gestora não possui nenhum guarda na zona de caça, dada a insuficiência de receita proveniente desta atividade a fiscalização está totalmente a cargo da GNR e SEPNA.

4. RESULTADOS DE GESTÃO

4.1 JORNADAS E ABATE (PREVISTO E REALIZADO)

O número de jornadas estabelecidas em cada período venatório, espécies a abater e número diário por caçador para as diferentes espécies, está de acordo com o Plano Ordenamento e Exploração Cinegética aprovado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas que vigora durante o período da concessão de seis anos. Durante a publicação do Plano Anual de Exploração e Condições de Acesso à ZCM é definido um período de candidatura para os diferentes tipos de caçadas, podendo a entidade gestora após esse período recusar inscrições, esta situação aconteceu em algumas épocas venatórias quando a entidade gestora teve um conhecimento mais profundo da densidade de algumas espécies. As jornadas de caça realizadas para todas as espécies nunca atingiram o limite proposto, ficando em alguns períodos a menos de metade do previsto, este desvio foi motivado pela recusa da aceitação por parte da entidade gestora por inscrição fora de prazo, falta de recursos cinegéticos e também a diminuição de caçadores nos últimos anos. O número de exemplares abatidos está proporcionalmente ligado aos números de jornadas de caça e aparecimento de surtos epidémicos nomeadamente no coelho bravo. São apresentados os resultados da evolução das jornadas de caça previstas e realizadas, assim como as estimativas de abate e abate para as espécies sedentárias de caça menor coelho bravo, lebre e perdiz pelo processo de salto e caça ao javali pelo processo de montaria entre as épocas venatórias 2004/2005 e 2013/2014 ou seja durante um período de dez anos.

4.1.1 COELHO-BRAVO E LEBRE

Para a espécie de coelho-bravo e lebre verifica-se que as jornadas realizadas ficam aquém das propostas e aprovadas no PAE. Nos três primeiros anos o número de jornadas realizadas foi estável, contudo, a partir da época venatória 2007/2008 o número de jornadas previstas e realizadas foi decrescendo, estando este decréscimo ligado à diminuição de coelho-bravo provocada pelas doenças mixomatose e hemorrágica viral e há baixa densidade de lebres, conforme é representado na Figura 15.

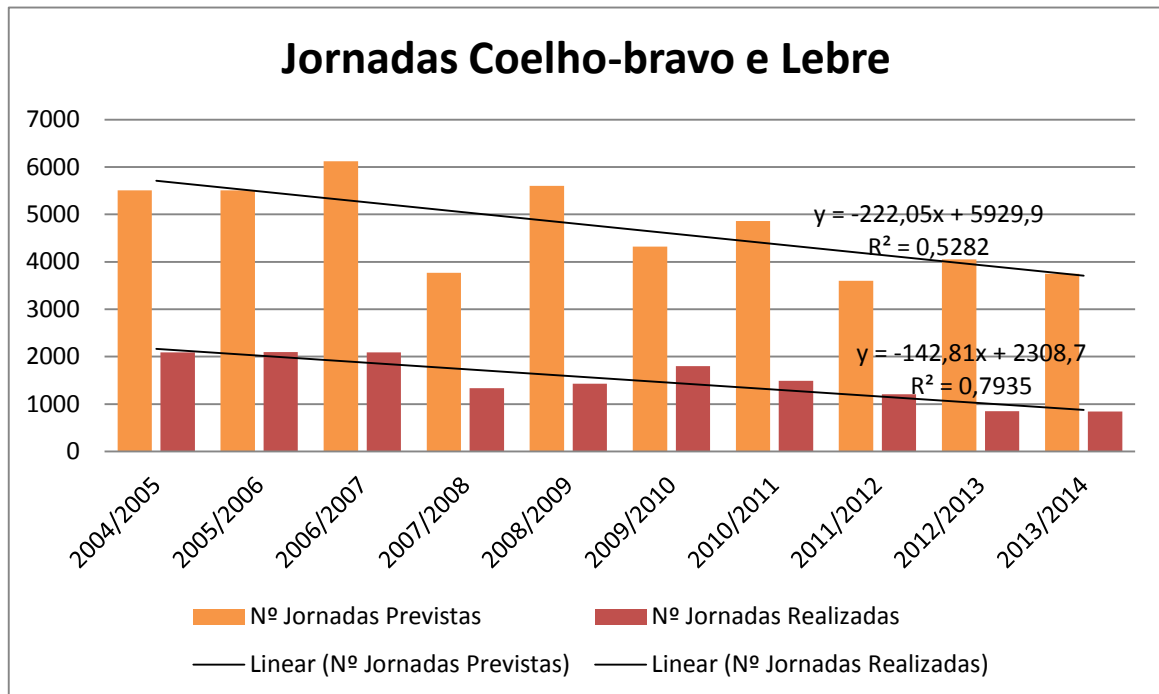


Figura 15: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para o coelho-bravo e lebre

Relativamente ao número de coelhos abatidos verifica-se que em relação às previsões apenas em três épocas venatórias foram aproximados, nomeadamente nas épocas 2004/2005, 2005/2006 e 2009/2010. Na época venatória 2010/2011 as previsões de abate apresentaram um valor bastante diferenciado de abate efetivo uma vez que os registos de abundancia faziam prever que esta época venatória fosse das melhores para a espécie até então.

A época venatória 2008/2009 teve o registo mais baixo de sempre em termos de abate com cerca de 100 indivíduos, aumentando esse número para cerca de 700 na época seguinte o que demonstrou uma forte recuperação da espécie. A partir do ano 2010 os valores têm diminuído de uma forma significativa até à última época venatória em estudo motivada como já referido pela forte surto de hemorrágica viral ao longo de vários períodos do ano, conforme se analise na Figura 16.

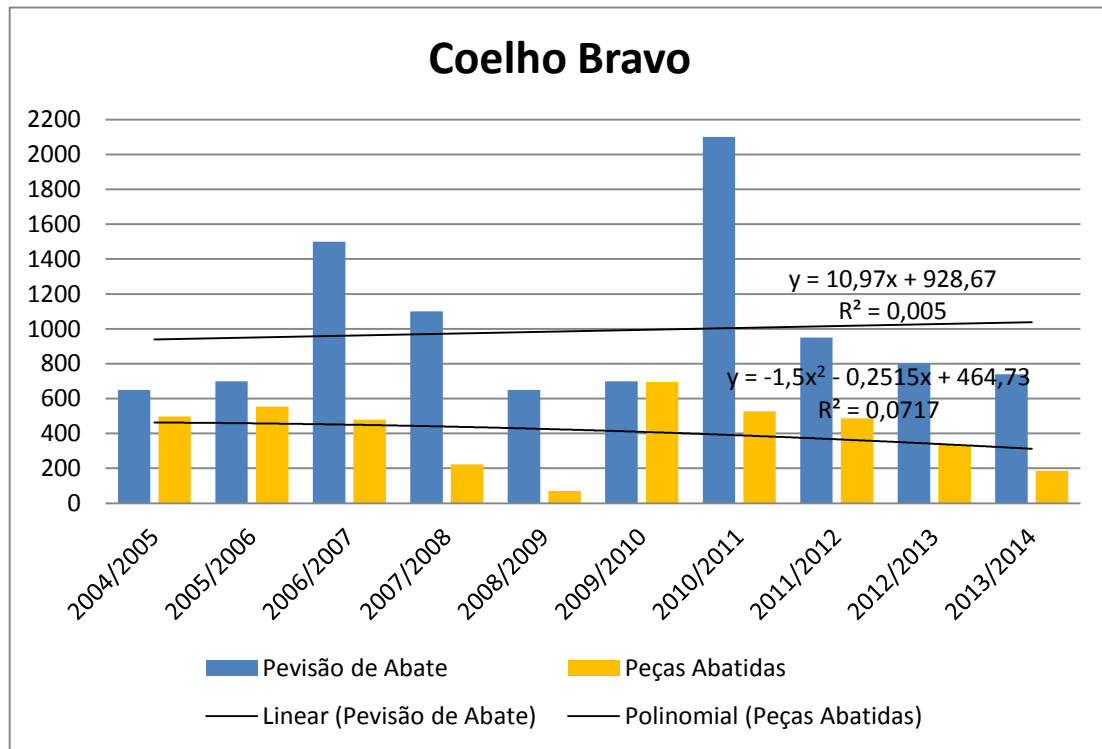


Figura 16: Número de abates previstos e número de peças abatidas, coelho-bravo

Relativamente à lebre, a Figura 17 mostra que número de peças abatidas foi relativamente estável com exceção nas épocas venatórias 2008/2009 e 2013/2014.

O maior número de abate efetivo realizou-se no ano 2010/2011 com o registo de 47 lebres, diminuindo a partir desta época atingindo o valor mais baixo na época venatória 2013/2014, com um registo de 15 peças abatidas.

O decréscimo de lebres abatidas nos últimos anos está relacionado com a diminuição das jornadas uma vez que esta espécie é caçada conjuntamente com o coelho bravo.

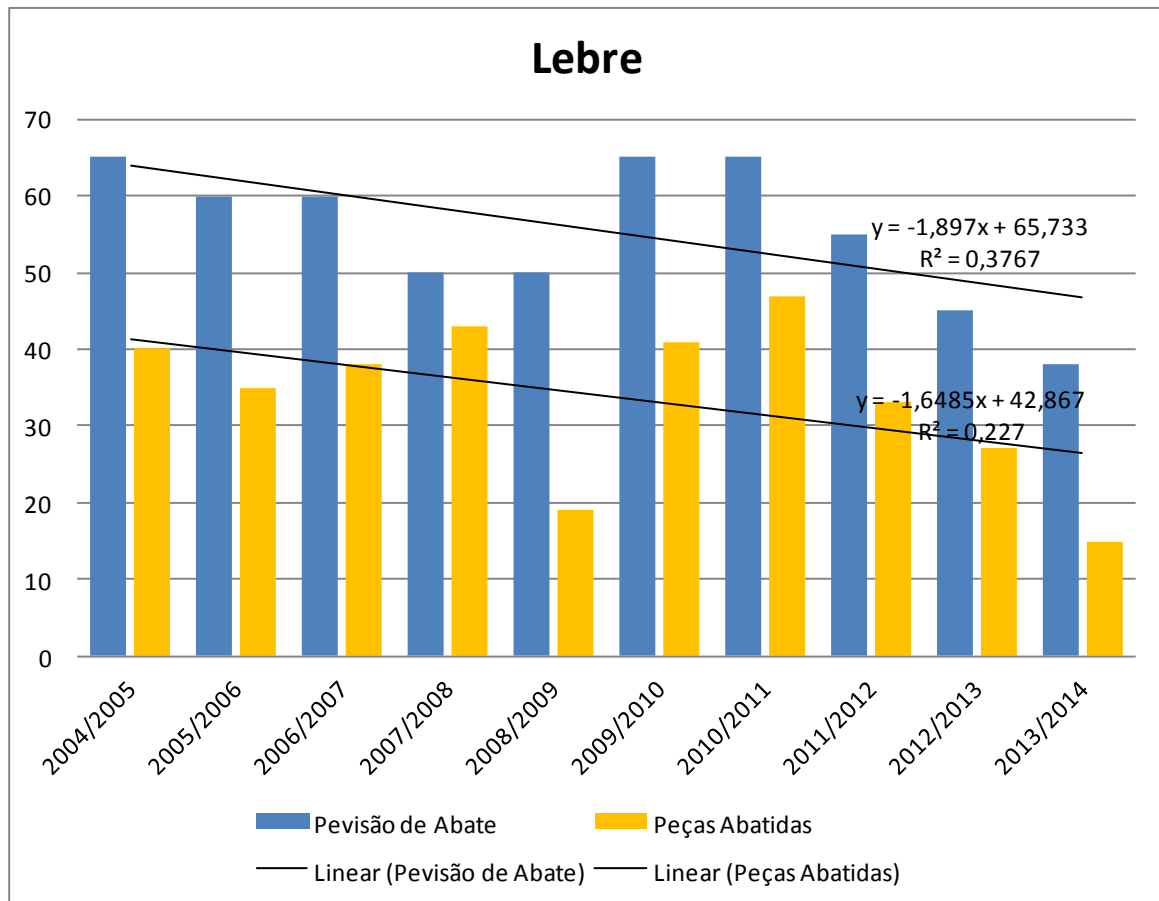


Figura 17: Número de abates previstos e número de peças abatidas, lebre

4.1.2 PERDIZ

Nas jornadas previstas e realizadas na caça à perdiz, verifica-se que o número se manteve estável nos primeiros três anos, tendo aumentado substancialmente na época venatória 2010/2011, dadas as previsões num aumento desta espécie na Zona de Caça. Nessa época venatória atingiu-se o maior número de jornadas realizada no valor de 1007, contudo, a partir deste ano, ocorreu um ligeiro decréscimo atingindo o valor mínimo na época venatória 2012/2013 com 242 jornadas de caça, conforme se pode analisar na Figura 18.

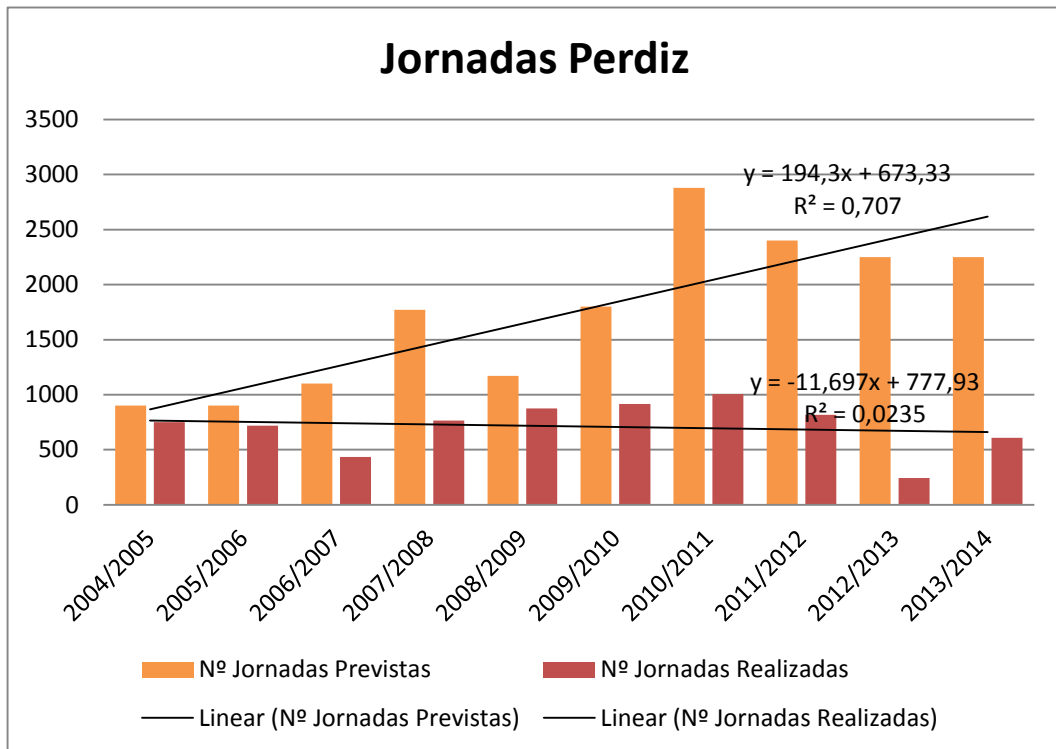


Figura 18: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para a Perdiz

Relativamente ao abate, na Figura 19, verifica-se que nas duas primeiras épocas venatórias a previsão de abate foi próxima do resultado de abate efetivo. Após introdução de melhorias de gestão de habitat, determinou-se que o número de perdizes previstas para abate fosse maior, apresentando um pico no ano 2006/2007 e 2010/2011, contudo, embora o resultado de abate efetivo também tivesse um ligeiro aumento, 110 perdizes na época 2010/2011, nunca acompanhou os valores previstos.

A partir da época 2011/2012 tem-se registado um ligeiro decréscimo, apresentando na época venatória 2013/2014 um valor de quase metade dos melhores anos.

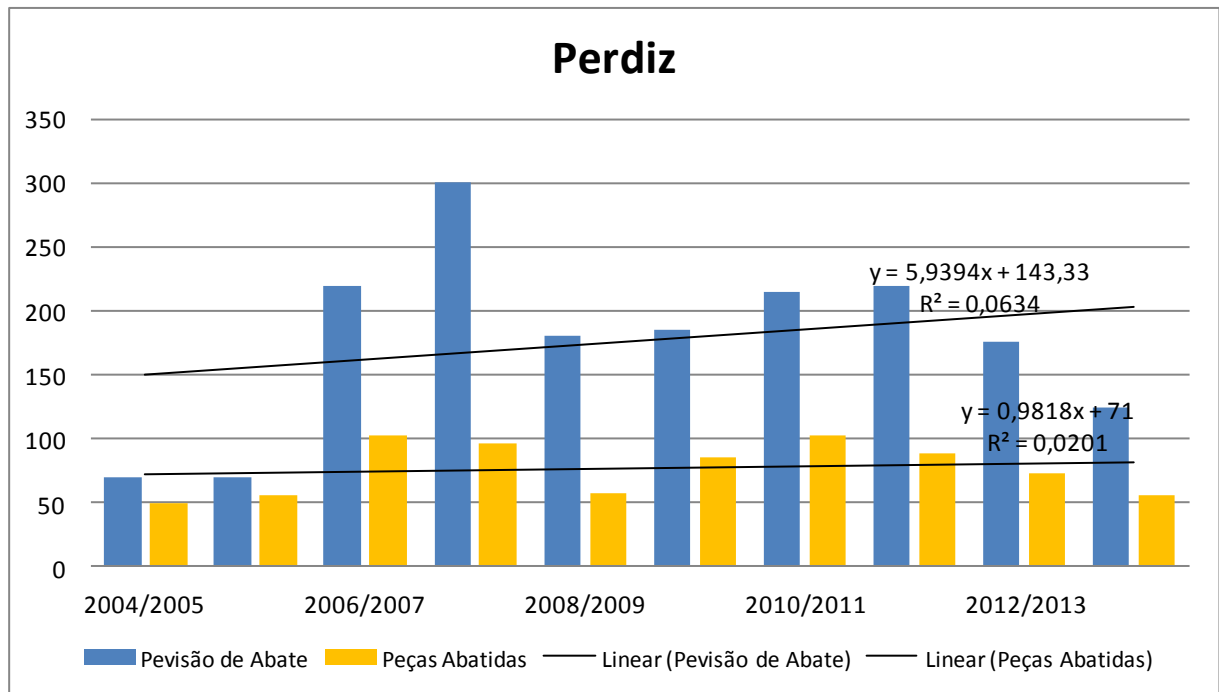


Figura 19: Número de abates previstos para a perdiz e número de peças abatidas

4.1.3 JAVALI

Na caça ao Javali pelo processo de montaria, verifica-se que o número de jornadas propostas foi se mantendo ao longo das épocas venatórias, com um número de jornadas realizadas próximo das previstas excepto nos três primeiros anos.

A variação das jornadas realizadas relaciona-se com o histórico das montarias dos anos anteriores onde os resultados de abate influenciam a participação dos caçadores na montaria dos anos seguintes, conforme se verifica na Figura 20.

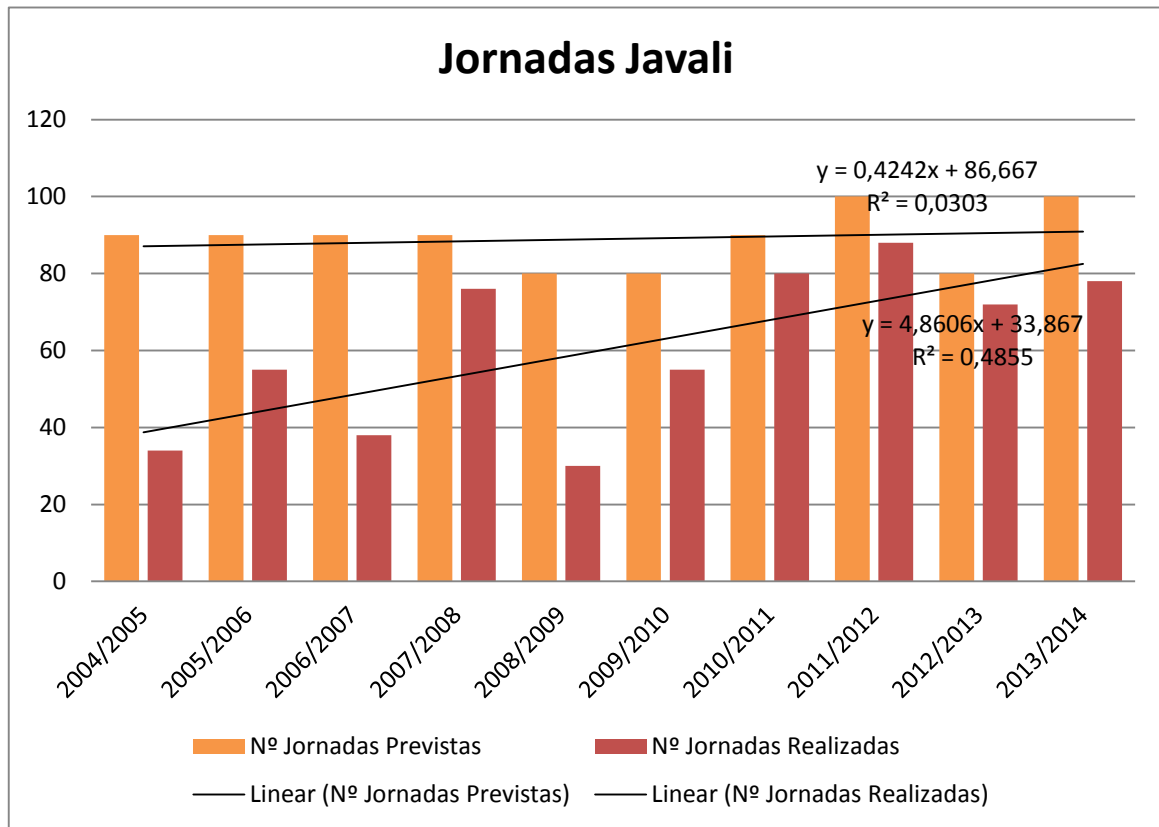


Figura 20: Número de Jornadas Previstas e Realizadas para o Javali

Relativamente ao abate de peças verificamos que o número de javalis abatidos ficaram aquém do número previsto, na primeira época de estudo não foi abatido qualquer javali e na época 2013/2014 atingiu o seu máximo com 8 javalis embora estando previstos o abate 12 animais. Estes resultados dependem fortemente do índice da abundância de indivíduos associados as condições de habitat mais favoráveis para esta espécie e também da experiencia que entidade gestora foi adquirindo ao longo dos anos na organização de montarias, Figura 21.

Os resultados alcançados, nos últimos dois anos, estão também ligados ao envolvimento de alguns caçadores locais na organização, dado que nos primeiros anos estes não eram muito recetivos a este tipo de caça, existindo relatos e registos atos de afugentamento dos animais.

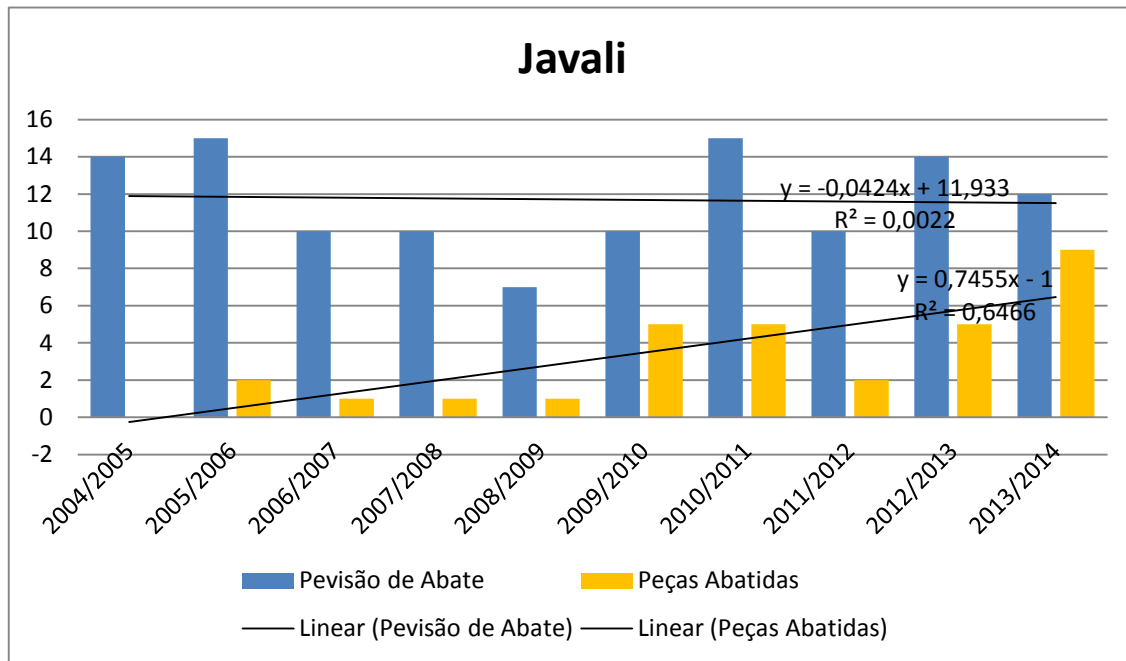


Figura 21: Número de abates previstos e número de peças abatidas, javali

4.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Ao longo dos dez anos de gestão o resultado financeiro foi positivo em seis anos, ocorrendo nas épocas 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010 e 2013/2014 um resultado financeiro negativo, devido aos custos e acções de gestão realizadas na ZCM, nomeadamente melhorias de habitat, sinalética e aquisição de equipamentos terem sido consideravelmente superiores às receitas oriundas de autorizações, como se pode verificar na Figura 22.

Na época 2013/2014 o resultado foi influenciado com o início dos trabalhos de construção do cercado. Podemos constatar que o balanço financeiro da década é positivo, permitindo à entidade gestora, com as receitas geradas, melhorar cada vez mais a ZCM, atraindo caçadores de outras regiões, conforme se tem verificado nos últimos anos.

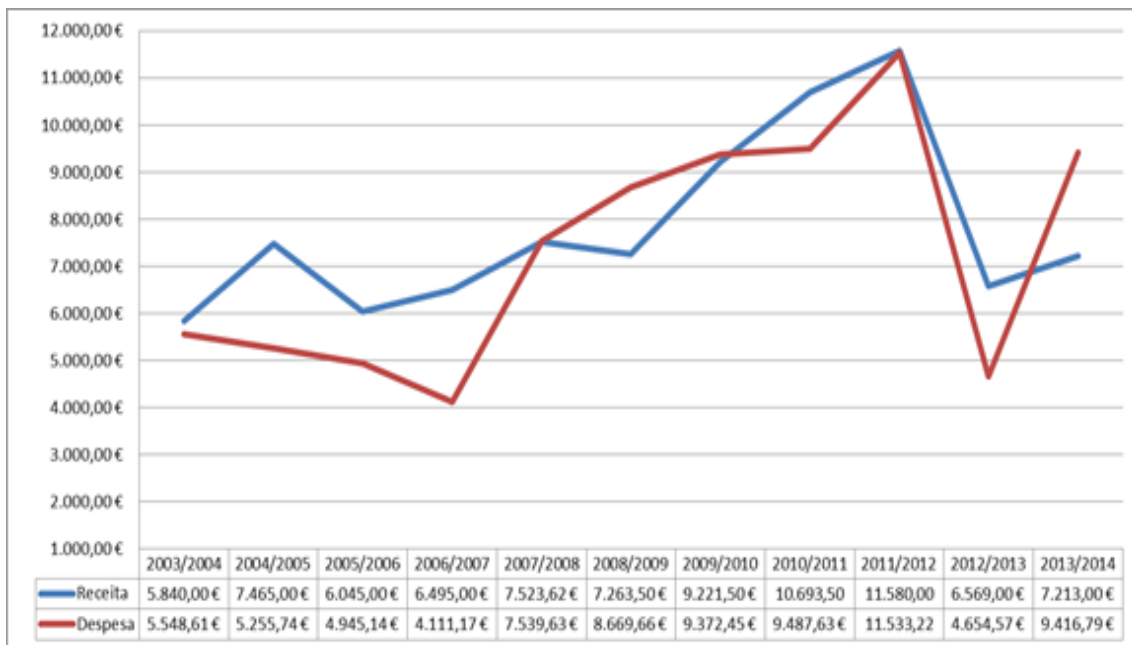


Figura 22: Resultados Financeiros

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade da apresentação dos Planos Anuais de Exploração assim como das Condições de Acesso às ZCM até 15 de julho, junto do ICNF, desvirtua a previsão do número de jornadas e número de exemplares a abater em cada época venatória dado que após esse período muitas das vezes se verificam baixas de animais dada a escassez de alimento e água. No decorrer da gestão da ZCMJ-V, o número de jornadas é estabelecido em função da estimativa de animais fixada em indícios de presença e visualizações na área. A relação inicial de caçador/área, de 27 hectares, onde a previsão seria de 220 jornadas de caça para o coelho e lebre, fixa-se actualmente em 150 jornadas diárias disponíveis com uma relação de caçador / hectares de 35 hectares, onde, regra geral, os caçadores mostram-se bastante satisfeitos.

É importante salientar que os resultados de abate apresentados na dissertação foram fornecidos pelos caçadores, de acordo com as normas estabelecidas pela entidade gestora, podendo haver algum desfasamento da realidade. Atendendo aos resultados verificados ao nível da exploração cinegética onde a caça menor está em declínio na próxima época venatória o número de jornadas previsto assim como o número de dias de caça deverá ser reduzido, contudo estas decisões nem sempre são muito pacíficas, junto dos caçadores locais. Nos locais onde as ações de fomento cinegético, nomeadamente ao nível das melhorias de habitat, têm sido implementadas há registo de indícios de presença das espécies cinegéticas, como é o caso do javali. No caso do coelho-bravo, os surtos de hemorrágica viral verificada desde o ano 2012, na ZCMJ-V, provocou uma forte diminuição desta espécie e do número de caçadores de modo, a direção da entidade gestora tomou a decisão de construir um cercado com condições para a reprodução de coelhos para repovoamento, deste modo, espera-se que nas próximas épocas o efetivo de animais aumente substancialmente.

É a primeira vez que é feita esta análise na ZCMJ-V, pelo que deverá ser aproveitada esta informação para ajustar metodologias e previsões para as jornadas de caça e abates nas diferentes espécies. De notar ainda alguma ciclicidade no caso dos abates de coelho, que pode eventualmente ser corrigida como forma de melhorar as previsões. Para tal, será necessário evitar alterações acentuadas nas previsões de jornadas e de abates. De referir ainda a necessidade de completar estas previsões com contagens (censos)

efetivas dos animais para corrigir eventuais falhas de previsão. Para isso devem ser propostas medidas de monitorização das populações, como procedimento simplificados de obtenção de dados populacionais das espécies cinegéticas (Buruaga & Carranzes, 2009).

As melhorias de gestão de habitat introduzidas aumentarão o potencial cinegético da Zona de Caça que se refletirá num aumento da procura de caçadores e obtenção de receita.

A Aflodounorte é neste momento vista como uma entidade gestora credível e com conhecimento na área de gestão cinegética, através dos resultados de gestão e exploração obtidos ao longo de uma década. Outras zonas de caça procuram os serviços da associação, como é o caso do Clube de Caça e Pesca de Fiolhoso Vilares e Carva, que elabora o PAE e POEC na Aflodounorte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agroconsultores e Coba (1991). Carta dos solos, carta do uso actual da terra e carta da aptidão da terra do Nordeste de Portugal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Agrogestão. [Consult. em 10.11.2014]. Web site: www.agrogestao.com.
- Alves J., Vingada J., Rodrigues P. (2006). The wild rabbit (*Oryctolagus cuniculus* L.) diet on a sand dune area in central Portugal: a contribution towards management. *Widl. Biol. Pract.* 2(2):63-71.
- Angulo E. (2003). Factores que afectan a la distribución y abundancia del conejo en Andalucía. Tese de Doutoramento. Universidade Complutense de Madrid.
- Blanco J., Villafuerte R. (1993). Factores ecológicos que influyen sobre las poblaciones de conejos. Incidência de la enfermedad hemorrágica. Empresa de Transformación Agrária, S.A. 122
- Borges A. F. (2004). Terreno cinegético ordenado: relação com a gestão e conservação do coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*, L. 1758) na Beira Interior. Tese de Mestrado. Universidade dos Açores e Escola Superior Agrária de Castelo Branco.
- Buruaga, M., Carranzes, J., (2009). Gestion Cinegética en los ecosistemas Mediterráneos. Consjeria de Médio Ambiente. Capítulo 6: Cencesos y estrutura populacional. [Consult 30.11.2014] Web Site: www.juntaandalucia.es/medioambiente/portal.
- Cabral M., Almeida J., Almeida P., Dellinger T., Ferrand N., Oliveira M., Palmeirim J., Queiroz A., Rogado L., Santos-Reis M. (2005). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. ICN, Lisboa. Pp 660.
- Carvalho J. (2001). Distribuição e abundância do coelho-bravo: influência da qualidade do habitat e dos predadores. Tese de Mestrado. Universidade do Minho
- Corine Land Cover (2006), Instituto Geográfico Português.

Decreto-lei n.º 227-B/2000 de 15 de Setembro

Decreto-lei n.º 90/88 de 13 de Agosto

Decreto-lei n.º 139/90 de 27 de Abril

Decreto-lei n.º 90/88 de 13 de Agosto

Decreto-lei n.º 139/90 de 27 de Abril

Ferreira C., Alves P. (2006). Gestão de populações de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus algirus*). Federação Alentejana de Caçadores (Eds.).

GIFF, Gestão Integrada de Fogos Florestais. [Consult. 10.11.2014] Web site: www.giff.pt.

INE, Instituto Nacional de Estatísticas. [Consult. 10.10.2014] Web site: www.ine.pt.

Lopes, A., (2012). Estudo da dieta do coelho-bravo e lebre-Ibérica em Trás-os-Montes: Influência da alimentação na estratégia reprodutora. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Bragança.

Monteiro A. (1999). Incidência da Doença Hemorrágica Viral em populações portuguesas de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus algirus*). Relatório de Estágio. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Pereira, D. C. & Capelo, M., (1996) Repovoamento de perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*, L.) com fins cinegéticos. Revisão de técnicas e resultados. *Revista de Ciências Agrárias*, 19 (2): 15–34.

Rodrigues O., Teixeira A., Geraldés A., Aguiar C., Gonçalves D., Fonseca F., Castro J.P., Castro J., Fernandes L., Cortez P., Figueiredo T. (2006). Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro: Síntese de diagnóstico, Sistema biofísico. CCDR-Norte.

SNPRCN (1990). Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Secretaria de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor, SNPRCN. Lisboa.